

**2º SIMULADO**  
**PARA DELEGADO DE POLÍCIA DA**  
**PC-SP**  
**CADERNO DE QUESTÕES**



**Estratégia**  
CARREIRA JURÍDICA



## INSTRUÇÕES DE APLICAÇÃO DO SIMULADO

- 1 – Esta prova é focada no concurso da PC-SP para o cargo de **Delegado**;
- 2 – A prova contém **100 questões** cobrando assuntos de **Conhecimentos Específicos**;
- 3 – **As questões são inéditas** e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da última banca organizadora do certame, VUNESP;
- 4 – Você receberá, por e-mail, o PDF ou poderá baixar o arquivo que ficará disponível em um artigo na página principal do site do Estratégia Concursos;
- 5 – Você terá das **8h30 às 13h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – Depois que você finalizar as questões, acesse a página principal do site do Estratégia Concursos. Lá, terá um artigo contendo um link para você preencher o seu gabarito no formulário;
- 7 – **O formulário para o preenchimento do Gabarito ficará disponível a partir das 10h30**, após duas horas de prova;
- 8 – Preencha com cuidado as respostas e aguarde o sistema processar a sua Nota Final no simulado.
- 9 – Nosso sistema tem um prazo e o fechamento do Gabarito Eletrônico. Por isso, você só tem até às 13h para preencher o formulário e participar do Ranking;
- 10 – O Ranking Classificatório com os resultados será divulgado após o início da Correção do Simulado.
- 11 – **A partir das 14h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO**, comentando e resolvendo todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros.

Cartão de Respostas																			
1		11		21		31		41		51		61		71		81		91	
2		12		22		32		42		52		62		72		82		92	
3		13		23		33		43		53		63		73		83		93	
4		14		24		34		44		54		64		74		84		94	
5		15		25		35		45		55		65		75		85		95	
6		16		26		36		46		56		66		76		86		96	
7		17		27		37		47		57		67		77		87		97	
8		18		28		38		48		58		68		78		88		98	
9		19		29		39		49		59		69		79		89		99	
10		20		30		40		50		60		70		80		90		100	

## PROVA PREAMBULAR

### Direito Penal

#### Questão 1.

Assinale a alternativa correta:

- A) Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado.
- B) Considera-se praticado o crime no momento em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como aquele em que se produziu ou deveria produzir-se o resultado.
- C) Considera-se praticado o crime no local da ação ou omissão, ainda que outro seja o lugar da produção do resultado.
- D) Considera-se praticado o crime no lugar onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado, ainda que outro seja o lugar da ação ou da omissão.
- E) Considera-se praticado o crime no momento do resultado, ainda que outro tenha sido o momento da ação ou omissão.

#### Questão 2.

Assinale a alternativa que apresente o tratamento dado pelo Código Penal ao erro sobre os pressupostos fáticos de uma excludente de ilicitude e a teoria por ele adotada quanto a referido assunto:

- A) erro de proibição; teoria psicológica.
- B) erro de tipo; teoria normativa pura.
- C) erro de proibição; teoria extremada sui generis.
- D) erro de tipo; teoria limitada.
- E) erro de proibição; teoria psicológico-normativa.

#### Questão 3.

Assinale a alternativa que apresenta os crimes aos quais, por expressa previsão legal, aplica-se o previsto no artigo 155, § 2º, do CP, que trata do furto privilegiado:

- A) estelionato, receptação dolosa, apropriação e extorsão.
- B) fraude no comércio, estelionato, receptação dolosa e apropriação.
- C) apropriação, fraude no comércio, estelionato e dano.
- D) estelionato, usurpação, receptação dolosa e apropriação.
- E) fraude à execução, dano, apropriação e estelionato.

#### Questão 4.

Quanto às excludentes de ilicitude, assinale a alternativa incorreta:

- A) O agente, em qualquer das hipóteses de excludente de ilicitude, responderá pelo excesso doloso ou culposos.
- B) Excesso intensivo é aquele que se relaciona com os meios utilizados para repelir a agressão ou ao grau de sua utilização.
- C) Excesso extensivo é o que se configura quando a conduta para repelir à agressão se prolonga no tempo em período superior ao da própria agressão.
- D) A lei não requer do agente o chamado *commodus discessus* no caso de legítima defesa.
- E) Não se exige elemento subjetivo para a configuração do estado de necessidade.

#### Questão 5.

Johann, holandês, viaja ao Brasil, ingressando no território nacional com um medicamento à base de Canadibiol. Autuado por tráfico internacional, ele explica que sua filha, que o acompanha, precisa do medicamento para conter suas crises de epilepsia e que, apesar de consciente de que no Brasil não houve descriminalização das drogas, jamais imaginaria que um medicamento não poderia ingressar no país. Disse aos policiais que não trazia

uma substância entorpecente, mas sim um medicamento necessário para uso da filha.

A alegação de Johann pode levar ao reconhecimento de:

- A) Erro de tipo direto.
- B) Erro de proibição direto.
- C) Erro de tipo accidental.
- D) Erro de proibição indireto.
- E) Erro de tipo indireto.

#### Questão 6.

Assinale a alternativa correta sobre os crimes contra a honra:

- A) cabe, excepcionalmente, exceção da verdade em caso de difamação.
- B) é punível a difamação contra os mortos.
- C) a injúria e a calúnia atingem a honra objetiva da vítima.
- D) configura-se a calúnia se alguém imputar falsamente a alguém a prática de contravenção penal.
- E) a retratação, no caso de calúnia e difamação, estende-se aos demais agentes.

#### Questão 7.

São circunstâncias que majoram o crime de feminicídio, EXCETO:

- A) se cometido durante a gestação ou nos 3 (três) meses posteriores ao parto.
- B) se cometido na presença virtual de descendente ou de ascendente da vítima.
- C) se praticado em descumprimento da medida protetiva de restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores.
- D) se cometido contra pessoa com deficiência.
- E) se praticado contra pessoa portadora de doenças degenerativas que acarretem condição limitante ou de vulnerabilidade física ou mental.

#### Questão 8.

Em janeiro de 2019, Caetano, para se vingar de Gilberto, seu colega de trabalho, fez uma montagem em que ele aparece em um bacanal, uma cena de sexo envolvendo diversas pessoas se relacionando ao mesmo tempo. Envia, então, para o e-mail de todos no trabalho. Gilberto, sentindo-se ofendido, vai até a delegacia registrar boletim de ocorrência. No caso, Caetano praticou:

- A) fato atípico, que se resolve no âmbito da responsabilidade civil.
- B) Registro não autorizado da intimidade sexual.
- C) Divulgação de cena de estupro ou de cena de estupro de vulnerável, de cena de sexo ou de pornografia.
- D) Importunação sexual.
- E) Contravenção penal de importunação ofensiva ao pudor.

#### Questão 9.

Assinale a alternativa correta sobre o crime de homicídio:

- A) o privilégio do homicídio é compatível com qualquer qualificadora de referido crime.
- B) são formas de execução que qualificam o delito: emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia ou tortura.
- C) o homicídio privilegiado-qualificado é hediondo, nos termos do entendimento consolidado no Superior Tribunal de Justiça.
- D) o homicídio de filho adotado de policial, em virtude dessa condição, por integrante de organização miliciana configura a qualificadora funcional.
- E) o feminicídio se configura se o crime envolver violência doméstica e familiar ou menosprezo e discriminação à condição de mulher.

#### Questão 10.

Joana, durante a sua gravidez, obteve diagnóstico de que seu bebê sofria de microcefalia. Após vários exames e tendo certeza sobre a condição do feto,

ela decide, mesmo sem estar correndo risco algum à sua vida, interromper sua gravidez. Procura, então, alguns médicos para referido fim.

A ação dos médicos e de Joana, caso seja realizada a interrupção da gestação, é:

- A) exige autorização judicial para não configurar crime.
- B) configura crime de aborto com consentimento da gestante, praticado pelos médicos, e aborto consentido, por parte de Joana.
- C) é isenta de punição, por configurar o chamado aborto humanitário.
- D) configura crime de aborto consentido, praticado por Joana, sendo os médicos isentos de pena.
- E) deve ser interpretada como conduta atípica e, portanto, não criminosa.

#### Questão 11.

O estelionato pode ser classificado como:

- A) Crime de ação astuciosa.
- B) Crime formal.
- C) Crime plurissubjetivo.
- D) Crime unissubsistente.
- E) Crime remetido.

#### Questão 12.

Assinale a alternativa que NÃO traz um entendimento consolidado nos Tribunais Superiores:

- A) É inadmissível a extinção da punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva com fundamento em pena hipotética, independentemente da existência ou sorte do processo penal.
- B) A pronúncia é causa interruptiva da prescrição, ainda que o Tribunal do Júri venha a desclassificar o crime;
- C) Ainda que nula a decisão de primeiro grau, o acórdão que provê o recurso contra a rejeição da denúncia vale, desde logo, pelo recebimento dela;

D) O período de suspensão do prazo prescricional é regulado pelo máximo da pena cominada;

E) A reincidência não influi no prazo da prescrição da pretensão punitiva.

#### Questão 13.

Assinale a alternativa que NÃO traz uma hipótese de lesão corporal gravíssima:

- A) Incapacidade permanente para o trabalho.
- B) Perigo de vida.
- C) Inutilização do membro, sentido ou função.
- D) Enfermidade incurável.
- E) Deformidade permanente.

#### Questão 14.

Assinale a alternativa correta sobre os crimes contra a Administração Pública:

- A) O crime de inserção de dados falsos em sistema de informação, previsto no artigo 313-A do CP, só pode ser praticado pelo funcionário público autorizado, não bastando, portanto, que o agente seja funcionário público.
- B) A jurisprudência dos Tribunais Superiores admite, em casos excepcionais, a aplicação do princípio da insignificância.
- C) Crimes funcionais próprios são aqueles que só podem ser praticados durante o exercício da função, nunca em razão dela.
- D) Não se admite a figura do peculato de uso, já que se trata de bem indisponível.
- E) O crime de concussão é material, exigindo a obtenção da vantagem indevida para a sua configuração.

#### Direito Processual Penal

---

#### Questão 15.

Assinale a alternativa correta, nos termos do entendimento sumulado pelos tribunais superiores

A) A participação de membro do Ministério Público na fase investigatória criminal acarreta o seu impedimento ou suspeição para o oferecimento da denúncia.

B) Compete ao foro do local da emissão do cheque processar e julgar o crime de estelionato mediante cheque sem provisão de fundos.

C) É cabível a suspensão condicional do processo na desclassificação do crime e na procedência parcial da pretensão punitiva.

D) A pronúncia é causa suspensiva da prescrição, ainda que o Tribunal do Júri venha a desclassificar o crime.

E) A competência para processar e julgar o crime de uso de documento falso é firmada em razão da qualificação do órgão expedidor do documento em questão.

#### Questão 16.

A respeito da substituição da prisão preventiva pela domiciliar, assinale a alternativa que corretamente prevê hipótese de seu cabimento:

A) mulher com filho de até 14 (quatorze) anos de idade incompletos.

B) agente maior de 70 (setenta) anos.

C) portador de doença grave, ainda que não se apresente debilitado.

D) homem com filho de até 12 (doze) anos de idade incompletos, caso seja o único responsável por seus cuidados.

E) gestante, a partir do quinto mês de gestação.

#### Questão 17.

Acerca das regras processuais referentes ao Tribunal do Júri, assinale a alternativa correta:

A) O jurado não poderá ser responsabilizado criminalmente nos mesmos termos em que são os juízes togados, por não ser magistrado de carreira;=.

B) Nos debates, a acusação poderá replicar e a defesa treplicar, permitindo-se a reinquirição de testemunha já ouvida em plenário.

C) Durante o julgamento não será permitida a leitura de documento ou a exibição de objeto que não tiver sido juntado aos autos com a antecedência mínima de três dias úteis, dando-se ciência à outra parte, salvo a leitura de jornais ou quaisquer outros escritos que versem sobre a matéria de fato submetida a julgamento.

D) O exercício efetivo da função de jurado constitui serviço público relevante, mas não estabelece presunção de idoneidade moral.

E) Se forem dois ou mais os acusados, as recusas deverão ser feitas por um só defensor.

#### Questão 18.

Assinale a alternativa correta quanto às disposições do CPP sobre a ação penal:

A) Não se admite o exercício da ação penal pelas fundações, associações ou sociedades legalmente constituídas;

B) Será admitida ação penal privada nos crimes de ação pública, caso esta não seja intentada C) A ação de iniciativa privada é promovida exclusivamente mediante denúncia do ofendido;

D) Nas ações penais privadas e públicas, aplica-se o princípio da indisponibilidade e da indivisibilidade da ação penal;

E) Verificando que a denúncia não preencheu seus requisitos formais estabelecidos no art. 41 do Código de Processo Penal, o juiz deverá rejeitá-la.

#### Questão 19.

A respeito do inquérito policial, assinale a alternativa correta.

A) Do despacho que indeferir o requerimento de abertura de inquérito caberá recurso para o Ministério Público, supervisor do trabalho exercido pela Polícia Judiciária.

B) Após seu arquivamento, poderá ser desarquivado a qualquer momento para possibilitar novas investigações, desde que haja concordância do Ministério Público.

C) O indiciamento é ato privativo da autoridade policial, ou seja, delegado de polícia, não cabendo

ao Ministério Público, mesmo nos casos de requisição para instauração de inquérito policial, definir o indiciamento.

D) Atualmente, a vítima e o indiciado poderão requerer diligências durante a investigação, que a autoridade policial estará vinculada à realização.

E) Por ser o inquérito sigiloso, quando por imperiosa razão de ordem pública for, fundamentadamente, decretado o segredo, o advogado não terá acesso às diligências documentadas nos autos do inquérito.

#### Questão 20.

Caio é réu em um processo que apura crime de homicídio qualificado que teria praticado. Encerrada a primeira fase procedimental do Tribunal do Júri, foi impronunciado, tendo o Ministério Público interposto o recurso cabível. O juízo a quo, todavia, denegou o recurso do parquet. Em vista dessa situação hipotética, assinale a alternativa correta quanto às espécies recursais aptas a combater, respectivamente, a decisão de impronúncia e a decisão que denegou esse recurso:

- A) Apelação e recurso em sentido estrito.
- B) Recurso em sentido estrito e apelação.
- C) Embargos infringentes e apelação.
- D) Recurso em sentido estrito e carta testemunhável.
- E) Embargos infringentes e embargos de declaração.

#### Questão 21.

Assinale a alternativa correta quanto às nulidades no processo penal.

- A) As omissões da denúncia ou da queixa constituem caso de nulidade insanável, porque prejudiciais à defesa.
- B) No processo penal, a falta de defesa constitui nulidade absoluta, mas a sua deficiência só o anulará se houver prova de prejuízo para o réu.

C) A falta de advertência ao réu sobre o direito de permanecer em silêncio durante o interrogatório policial é causa de nulidade processual absoluta.

D) O tribunal poderá reconhecer, de ofício, nulidade em prejuízo do réu, ainda que ela não tenha sido arguida no recurso da acusação.

E) A falta ou a nulidade da citação, da intimação ou notificação estará sanada, desde que o interessado compareça, antes de o ato consumir-se, salvo se declarar que o faz para o único fim de argui-la.

#### Questão 22.

A respeito do procedimento comum, assinale a alternativa correta:

A) O juiz poderá, considerada a complexidade do caso ou o número de acusados, conceder às partes o prazo de 5 (cinco) dias sucessivamente para a apresentação de memoriais.

B) No procedimento comum ordinário, apresentada a resposta à acusação, deverá o juiz imediatamente designar audiência de instrução para inquirição das testemunhas e interrogatório do acusado.

C) No procedimento ordinário, após a apresentação de defesa escrita pelo acusado, tendo o magistrado fundada dúvida sobre a existência de causa excludente da ilicitude, deverá absolver sumariamente o agente.

D) O princípio da identidade física do juiz aplica-se ao processo penal por construção doutrinária e jurisprudencial, não sendo previsto no CPP.

E) O procedimento sumário destina-se às infrações penais de menor potencial ofensivo, na forma da lei.

#### Questão 23.

Assinale a alternativa correta no que diz respeito às testemunhas no processo penal:

A) A parte poderá desistir da inquirição de qualquer das testemunhas arroladas, inclusive as testemunhas do juízo.

B) O depoimento das testemunhas deverá ser feito de maneira oral, de modo que não lhes será

permitido trazer nada por escrito, nem qualquer tipo de consulta a apontamentos.

C) No procedimento comum ordinário, poderão ser inquiridas até oito testemunhas arroladas pela acusação e oito pela defesa, compreendidas nesses números aquelas que não prestem compromisso e as referidas.

D) As pessoas de má reputação não podem ser testemunhas;

E) Admite-se a acareação entre vítimas.

#### Questão 24.

No que se refere às provas no processo penal, assinale a alternativa correta:

A) No cumprimento de mandado de busca, não será permitida a apreensão de documento em poder do defensor do acusado, salvo quando constituir elemento do corpo de delito.

B) O exame de corpo de delito, dada a importância dessa perícia, somente pode ser realizado por perito oficial.

C) A busca pessoal, assim como a busca domiciliar, exige mandado judicial para ser realizada.

D) A busca em mulher será sempre feita por outra mulher, mesmo que isso importe retardamento ou prejuízo da diligência.

E) A letra e firma dos documentos particulares sempre serão submetidas a exame pericial, mesmo quando não contestada a sua autenticidade.

#### Questão 25.

Assinale a alternativa que não contemple hipótese de cabimento de recurso em sentido estrito:

A) Decisão que julga quebrada a fiança ou perdido o seu valor.

B) Decisão que anula o processo da instrução criminal, no todo ou em parte.

C) Decisão que conclui pela incompetência do juízo.

D) Decisão que julga improcedentes as exceções.

E) Decisão que decreta a prescrição ou julga, por outro modo, extinta a punibilidade.

#### Questão 26.

Sobre o Tribunal do Júri, assinale a alternativa correta:

A) É vedado ao acusador, sob pena de nulidade do julgamento, fazer referência ao silêncio do acusado para o prejudicar.

B) Os jurados poderão formular diretamente perguntas ao ofendido e às testemunhas.

C) O Conselho de Sentença será questionado sobre matéria de direito e de fato.

D) Caso o acusado preso não seja conduzido à sessão plenária, o julgamento ocorrerá à sua revelia.

E) Durante a sessão de julgamento, não se admite a formulação de perguntas às testemunhas e ao acusado pelo assistente de acusação.

#### Questão 27.

Assinale a alternativa correta no que diz respeito aos atos de comunicação do processo.

A) O acusado preso será citado por aviso de recebimento.

B) A citação do militar far-se-á por intermédio do chefe do respectivo serviço.

C) A intimação do Ministério Público e do defensor nomeado será realizada via publicação no diário oficial.

D) Existem três formas de citação: a real, a ficta e a editalícia.

E) Se o acusado residir em comarca diversa da jurisdição do juízo processante, a citação terá de ocorrer por meio de carta de ordem.

#### Questão 28.

José foi preso em flagrante pela prática do crime de roubo, instaurando-se, pois, inquérito policial para investigação dos fatos. Requerida a concessão de fiança à autoridade judicial, o pedido foi

negado, e José permanece preso. Em relação ao prazo máximo para encerramento das investigações nos inquéritos policiais, segundo o Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta:

A) A autoridade policial terá o prazo de 10 (dez) dias para concluir as investigações a respeito do roubo. Caso Paulo estivesse solto, esse prazo seria de 30 (trinta) dias.

B) A autoridade policial terá o prazo de 5 (cinco) dias para concluir as investigações a respeito do roubo. Caso Paulo estivesse solto, esse prazo seria de 15 (quinze) dias.

C) A autoridade policial terá o prazo de 30 (trinta) dias para concluir as investigações a respeito do roubo. Caso Paulo estivesse solto, esse prazo seria de 60 (sessenta) dias.

D) A autoridade policial terá o prazo de 10 (dez) dias para concluir as investigações a respeito do roubo. Caso Paulo estivesse solto, esse prazo também seria de 10 (dez) dias, mas prorrogáveis por mais 10 (dez).

E) A autoridade policial terá o prazo de 5 (cinco) dias para concluir as investigações a respeito do roubo, sendo admitida a sua prorrogação por mais 5 (cinco) dias. Caso Paulo estivesse solto, esse prazo seria de 30 (trinta) dias, improrrogáveis.

---

Legislação Penal Especial

---

**Questão 29.**

Assinale a alternativa incorreta tendo por base o ordenamento jurídico brasileiro específico antiterror:

A) Os crimes previstos na referida Lei são praticados contra o interesse da União, cabendo à Polícia Federal a investigação criminal.

B) O juiz poderá, de ofício, instaurar inquérito policial para as hipóteses de Comarca sem Delegado de Polícia titular.

C) O terrorismo consiste na prática de atos motivados por xenofobia, discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia e religião, quando cometidos com a finalidade de provocar terror social ou generalizado.

D) Antes da legislação em vigor, a prática de atos de terrorismo estava tipificada na Lei de Segurança Nacional.

E) Atos de terrorismo podem ter como alvo sistemas de informática ou bancos de dados, quando cometidos com a finalidade de provocar terror social ou generalizado.

**Questão 30.**

A Investigação Criminal Conduzida pelo Delegado de Polícia recebeu tratamento específico em nossa legislação especial. A respeito dessa lei, assinale a alternativa correta.

A) A Lei dispõe apenas sobre a presidência do inquérito feita pelo delegado.

B) Para o cargo de delegado de polícia, não é necessário curso superior, bastando 3 anos de atividade policial prévia.

C) O delegado de polícia possui o monopólio da apuração de infrações penais.

D) A inamovibilidade do delegado é um direito absoluto.

E) O cargo de delegado de polícia é privativo de bacharel em Direito.

**Questão 31.**

Por razões cautelares, o delegado de polícia da comarca Y, sem autorização do juiz que estava de férias, interceptou por 14 dias as conversas telefônicas do traficante de drogas de sua circunscrição. Diante dessa situação, é correto afirmar que o delegado

A) agiu corretamente, considerando a cautelaridade da medida.

B) praticou crime previsto na Lei das interceptações telefônicas.

C) agiu corretamente, considerando que a interceptação de comunicações telefônicas deve ser feita de ofício quando não houver juiz na Comarca.

D) não agiu corretamente, porque a interceptação de comunicação telefônica não pode durar mais do que 10 dias.

E) não agiu corretamente, porque nesse caso é o representante do Parquet que detém a competência cautelar para determinar a medida.

**Questão 32.**

No que concerne à colaboração premiada, expressamente prevista na Lei das Organizações Criminosas (Lei 12.850/2013), O juiz poderá, a requerimento das partes, exceto:

A) conceder o perdão judicial.

B) reduzir em até 2/3 (dois terços) a pena privativa de liberdade.

C) substituir a pena privativa de liberdade por prestação de serviços à comunidade.

D) substituir a pena privativa de liberdade por prestação pecuniária.

E) aplicar apenas a pena de multa.

**Questão 33.**

Qual das alternativas abaixo não apresenta um princípio legal exposto que rege o rito comum sumaríssimo:

A) eficiência.

B) informalidade.

C) celeridade.

D) economia processual.

E) oralidade.

**Questão 34.**

De acordo com a Lei 7.960/89, apenas uma das alternativas abaixo não contempla uma hipótese legal válida de cabimento dessa espécie de prisão cautelar. Indique a alternativa especificada:

A) quando imprescindível para as investigações do inquérito policial.

B) quando o indiciado não fornecer elementos necessários ao esclarecimento de sua identidade.

C) quando houver necessidade de garantir a ordem pública.

D) quando houver fundadas razões, de acordo com qualquer prova admitida na legislação penal, de autoria ou participação do indiciado em alguns crimes expressamente citados no texto da Lei 7.960/90.

E) quando o indiciado não tiver residência fixa.

**Questão 35.**

O crime do artigo 16 - posse ou porte de arma de fogo de uso restrito -, previsto na Lei 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento):

A) é inafiançável por força da lei de armas.

B) é crime hediondo expressamente previsto na Lei 8.072/90.

C) se trata de crime próprio.

D) caracteriza contravenção penal se a autorização para o porte estiver vencida.

E) deve ser aplicado, inclusive, para armas brancas impróprias.

**Questão 36.**

Sobre os aspectos processuais da lei de abuso de autoridade, aponte a alternativa incorreta:

A) A ação penal será iniciada, independentemente de inquérito policial ou justificação por denúncia do Ministério Público, instruída com a representação da vítima do abuso.

B) Apresentada ao Ministério Público a representação da vítima, aquele, no prazo de quarenta e oito horas, denunciará o réu, desde que o fato narrado constitua abuso de autoridade, e requererá ao Juiz a sua citação, e, bem assim, a designação de audiência de instrução e julgamento.

C) Se o órgão do Ministério Público, ao invés de apresentar a denúncia requerer o arquivamento da representação, o Juiz, no caso de considerar improcedentes as razões invocadas, fará remessa da representação ao Procurador-Geral e este oferecerá a denúncia, ou designará outro órgão do

Ministério Público para oferecê-la ou insistirá no arquivamento, ao qual só então deverá o Juiz atender.

D) Recebidos os autos, o Juiz, dentro do prazo de vinte e quatro horas, proferirá despacho, recebendo ou rejeitando a denúncia.

E) Se o órgão do Ministério Público não oferecer a denúncia no prazo fixado nesta lei, será admitida ação privada. O órgão do Ministério Público poderá, porém, aditar a queixa, repudiá-la e oferecer denúncia substitutiva e intervir em todos os termos do processo, interpor recursos e, a todo tempo, no caso de negligência do querelante, retomar a ação como parte principal.

#### Questão 37.

São características penais e processuais penais das contravenções penais:

A) admitir prisão simples ou pena isolada de multa.

B) punir a tentativa.

C) admitir a extraterritorialidade da lei penal.

D) possuir limite de 30 anos de cumprimento de pena.

E) a justiça competente ser a comum estadual ou federal.

#### Questão 38.

São requisitos para a aplicação da Lei de Violência Doméstica e familiar contra a mulher (Lei 11.340/2006), exceto:

A) a vítima ser mulher no conceito jurídico.

B) existir vulnerabilidade da vítima, quando a agressora for irmã e mulher também.

C) estar a mulher no âmbito doméstico.

D) estar a mulher em relacionamento sério com o agressor, exigindo-se a coabitação para a aplicação da lei.

E) estar a mulher em seu ambiente doméstico, não importando se o agressor possui ou não relação íntima de afeto com a vítima.

#### Questão 39.

Nos termos da Lei de Identificação Criminal (Lei 12.037/2009) qual das alternativas abaixo não caracteriza uma forma de identificação:

A) dactiloscopia.

B) documental.

C) fotográfica.

D) genética.

E) visual.

#### Questão 40.

Sobre a Lei 11.101/2005 (Lei de Recuperação de Empresas e Falência), aponte a alternativa incorreta:

A) Na falência, na recuperação judicial e na recuperação extrajudicial de sociedades, os seus sócios, diretores, gerentes, administradores e conselheiros, de fato ou de direito, bem como o administrador judicial, equiparam-se ao devedor ou falido para todos os efeitos penais decorrentes desta Lei, na medida de sua culpabilidade.

B) A sentença que decreta a falência, concede a recuperação judicial ou concede a recuperação extrajudicial é condição objetiva de punibilidade das infrações penais descritas nesta Lei.

C) São efeitos da condenação por crime previsto nesta Lei a inabilitação para o exercício de atividade empresarial, o impedimento para o exercício de cargo ou função em conselho de administração, diretoria ou gerência das sociedades sujeitas a esta Lei e a impossibilidade de gerir empresa por mandato ou por gestão de negócio.

D) A prescrição dos crimes previstos nesta Lei reger-se-á pelas disposições do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, começando a correr do dia da consumação do delito falimentar.

E) Transitada em julgado a sentença penal condenatória, será notificado o Registro Público de Empresas para que tome as medidas necessárias para impedir novo registro em nome dos inabilitados.

**Questão 41.**

Assinale a alternativa que não apresenta uma circunstância agravante para delitos tipificados no Código de Defesa do Consumidor.

- A) dissimular-se a natureza ilícita do procedimento.
- B) quando cometidos por servidor público, ou por pessoa cuja condição econômico-social seja manifestamente superior à da vítima.
- C) quando cometidos em detrimento de operário ou rurícola; de menor de quatorze ou maior de sessenta anos ou de pessoas portadoras de deficiência mental interditadas ou não.
- D) ocasionarem grave dano individual ou coletivo.
- E) serem cometidos em época de grave crise econômica ou por ocasião de calamidade.

**Questão 42.**

A respeito da criminalização da homofobia pelo STF, indique a alternativa correta:

- A) o Tribunal fixou prazo para o Congresso Nacional tipificar a homofobia e, durante a espera, tutelou os discursos de ódio utilizando os crimes contra a vida do Código Penal.
- B) o Tribunal fixou prazo para o Congresso Nacional tipificar a homofobia e, durante a espera, tutelou os discursos de ódio utilizando os crimes contra a honra do Código Penal.
- C) o Tribunal ampliou o conceito de raça para incluir a raça social, viabilizando, via hermenêutica, a tutela penal da homofobia e transfobia.
- D) o Tribunal criou um tipo penal novo, com preceito primário e secundário, mas não inovou com uma nova lei em sua integralidade.
- E) o Tribunal criou uma nova lei em sua integralidade e, em seu bojo, tipificou a homofobia.

Direito Constitucional

**Questão 43.**

Desde a sua promulgação, a Constituição da República de 1988 sofreu uma série de alterações,

e o tema da reforma não sai de pauta dos governos que lhe sucederam. Sobre o assunto, assinale a alternativa correta.

- A) Uma das prerrogativas do poder constituinte derivado é o de alteração de cláusulas pétreas.
- B) No regime constitucional brasileiro atual, está expressamente vedada a consideração de limites materiais ao poder de reforma constitucional.
- C) No Brasil, o poder constituinte originário é aquele que decorre do Título I da Constituição da República, não havendo sentido falar que ele subsiste fora da Constituição.
- D) O poder constituinte originário pode deliberar pelo reconhecimento ou não de direitos adquiridos segundo a ordem jurídica anterior.
- E) Poder constituinte derivado é aquele que se destina à correção de inconstitucionalidades.

**Questão 44.**

Na atualidade, discute-se muito a questão do neoconstitucionalismo, que é tema polêmico e controvertido, não somente no Brasil, mas em outros países. Sobre o assunto, assinale a alternativa correta.

- A) O neoconstitucionalismo é uma teoria francesa, importada pelo STF com o objetivo de flexibilizar o princípio da legalidade.
- B) Um dos temas recorrentes para o entendimento do neoconstitucionalismo é a tensão entre o constitucionalismo e a democracia.
- C) Um dos pontos-chave para a compreensão do neoconstitucionalismo é a superação do dogma da supremacia da Constituição.
- D) Em julgamento recente, com repercussão geral, o Supremo Tribunal Federal entendeu inaplicável no Brasil a teoria neoconstitucional.
- E) O neoconstitucionalismo é uma teorização que se reporta à interpretação dos direitos sociais, e não dos direitos políticos.

**Questão 45.**

Acerca do Conselho Nacional de Justiça, é correto afirmar que:

A) todos os seus membros serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.

B) compõe-se de 15 (quinze) membros com mandato de 4 (quatro) anos, admitida uma recondução.

C) é órgão do Poder Judiciário, competindo-lhe o controle da atuação administrativa e financeira dos órgãos essenciais à justiça e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes.

D) o Ministro do Superior Tribunal de Justiça, indicado pelo respectivo Tribunal e nomeado pelo Presidente da República, exercerá a função de Ministro-Corregedor.

E) dentre os seus integrantes, há dois cidadãos de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados pelo Congresso Nacional.

**Questão 46.**

Durante a tramitação, em 2014, do Plano Nacional de Educação (2014-2024 – Lei no 13.005/14), uma das polêmicas suscitadas foi sobre a promoção das equidades de gênero e orientação sexual, que acabaram excluídas do texto do projeto. Por consequência, isso influenciou a tramitação dos planos estaduais e municipais. Alguns municípios incluíram nos Planos Municipais de Educação dispositivo vedando expressamente o que denominam “ideologia de gênero” em qualquer política de ensino do município ou de materiais didáticos, bem com a menção a “gênero” e “orientação sexual”, ou qualquer outra forma de abordagem. Por essa razão, estão em curso no Supremo Tribunal Federal diversas Arguições de Descumprimento de Preceito Fundamental. A respeito das inconstitucionalidades apontadas nestas ações, está correto afirmar que

A) há violação do pacto federativo, tendo em vista que a questão foi enquadrada na competência concorrente da União e Estados sobre direito à educação, sendo que a competência da União para legislar sobre normas gerais exclui a competência

suplementar dos municípios, caracterizando inconstitucionalidade material.

B) há violação do pacto federativo, tendo em vista a competência da União para legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional, bem como inobservância dos limites da competência normativa suplementar municipal, caracterizando uma inconstitucionalidade material.

C) há diversas violações a direitos fundamentais, como o direito à educação, o direito à liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar pensamento, a arte e o saber, assim como o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas caracterizando inconstitucionalidade formal.

D) há violação do direito das crianças e dos adolescentes de serem colocados a salvo de toda a forma de discriminação e violência, bem como da laicidade do Estado, dos objetivos constitucionais de construção de uma sociedade livre, justa e solidária, do direito à igualdade, da vedação de censura em atividades culturais, caracterizando inconstitucionalidade material e formal.

E) não há violação do pacto federativo, tendo em vista que a questão foi enquadrada na competência concorrente da União e Estados sobre direito à educação, tendo os municípios legislado nos termos de sua competência suplementar normativa, caracterizando uma inconstitucionalidade material.

**Questão 47.**

À luz da CF, do entendimento consolidado pelo STF e pela doutrina pertinente, a intervenção federal será decretada quando

A) houver ameaça de perturbação da ordem pública.

B) o estado-membro, em qualquer hipótese, desrespeitar lei federal.

C) o estado-membro, ainda que não intencionalmente, deixar de pagar precatórios expedidos contra a fazenda pública.

D) o estado-membro, sem motivo de força maior, deixar de pagar sua dívida fundada por mais de dois anos consecutivos.

E) ocorrer invasão estrangeira, desde que o estado-membro invadido tenha sido conivente com o ato.

**Questão 48.**

O art. 19, I, CF/88, proíbe que a União, Estados, Distrito Federal e Municípios estabeleçam cultos religiosos ou igrejas, que os subvençionem ou mantenham com eles relação de dependência ou aliança. Ao mesmo tempo, a CF/88 garante a liberdade de consciência e de crença (art. 5º, VI), bem como assegura que ninguém pode ser privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política (art. 5º, VIII). Tais normas compõem o que se denomina de Estado Laico. Sobre a laicidade estatal, no julgamento da ADI 4439,

A) não houve divergência entre os Ministros do STF no sentido de afirmar ser o Brasil um Estado Laico e que o ensino religioso confessional está de acordo com os Tratados Internacionais de Direitos Humanos.

B) prevaleceu o entendimento no sentido de o ensino religioso ministrado em escolas públicas ser de matrícula efetivamente facultativa e ter caráter não confessional, vedada a admissão de professores na qualidade de representantes das religiões para ministrá-lo.

C) ficou estabelecido que o ensino religioso confessional em escolas públicas abre campo para o estabelecimento de relações indevidas, sob o ângulo da laicidade, entre Estado e religião, e que a disciplina pode abranger a transmissão de conhecimentos gerais sobre ideias, regras e práticas das diversas correntes religiosas.

D) a partir de uma distinção entre laicidade e laicismo, entendeu-se que viola o primado do Estado Laico a menção explícita a Deus no preâmbulo da Constituição, os feriados religiosos, o descanso dominical e muitas outras manifestações religiosas institucionalizadas pelo Poder Público, como, por exemplo, a aposição do crucifixo no plenário da mais alta Corte do País.

E) entendeu-se que o ensino religioso nas escolas públicas não viola a laicidade estatal sob o argumento, dentre outros, de que seria de matrícula facultativa, podendo ser até mesmo

confessional, pois a laicidade estatal tem significado de “neutralidade” e não de “oposição” ou “beligerância” às religiões.

**Questão 49.**

Assinale a opção correta acerca dos direitos e deveres individuais e coletivos e dos direitos sociais, considerando a jurisprudência do STF.

A) O dispositivo da CF que cuida do direito dos trabalhadores urbanos e rurais à remuneração pelo serviço extraordinário com acréscimo de, no mínimo, 50% não se aplica imediatamente aos servidores públicos, por não consistir norma autoaplicável.

B) A vedação constitucional à dispensa arbitrária ou sem justa causa da empregada gestante, desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto, não se aplica às militares.

C) Desde que expressamente autorizado pelos sindicalizados, o sindicato tem legitimidade para atuar como substituto processual na defesa de direitos e interesses coletivos ou individuais homogêneos da categoria que representa.

D) São compatíveis com a Constituição Federal os dispositivos da Lei 13.467/2017 (Reforma Trabalhista) que extinguiram a obrigatoriedade da contribuição sindical e condicionaram o seu pagamento à prévia e expressa autorização dos filiados.

E) A CF proíbe tão somente o emprego do salário mínimo como indexador, sendo legítima a sua utilização como base de cálculo para o pagamento do adicional de insalubridade.

**Questão 50.**

Assinale a opção correta acerca das garantias constitucionais individuais, do funcionamento e atribuições das CPIs e dos chamados remédios constitucionais, considerando a jurisprudência do STF.

A) Embora as CPIs possuam poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, é vedada a CPI criada por assembleia legislativa de

estado a quebra de sigilo de dados bancários dos investigados.

B) Em decorrência de norma constitucional acrescentada pela EC n.º 45/2004, os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos subscritos pelo Brasil antes da promulgação dessa emenda têm status normativo de emenda constitucional.

C) Habeas data serve para assegurar o conhecimento de informações relativas ao impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público, não podendo ser impetrado inclusive por pessoa jurídica nacional ou estrangeira.

D) Habeas data é garantia constitucional adequada para obtenção de dados concernentes ao pagamento de tributos do próprio contribuinte constantes de sistemas informatizados de apoio à arrecadação dos órgãos da administração fazendária dos entes estatais.

E) Não se admite que o impetrante desista da ação de mandado de segurança sem aquiescência da autoridade apontada como coatora ou da entidade estatal interessada, após prolação de sentença de mérito.

#### Questão 51.

Com base nas disposições constitucionais e na jurisprudência do STF acerca da ordem econômica e financeira, assinale a opção correta.

A) Lei municipal que fixa distância mínima para as instalações de novos postos de combustíveis, por motivo de segurança, não ofende os princípios constitucionais da livre iniciativa e da livre concorrência.

B) A concessão de serviços públicos de transporte urbano depende de prévia licitação, a qual será dispensável se o serviço for prestado sob o regime de permissão.

C) Será inconstitucional lei que fixe piso salarial regional para determinada categoria por violar o princípio do pleno emprego e da livre iniciativa.

D) As sociedades de economia mista em regime de concorrência não gozam, em regra, dos benefícios

deferidos à fazenda pública, salvo o pagamento por precatório.

E) A consagração do princípio da livre iniciativa impõe que a intervenção estatal na economia mediante regulação e fiscalização ocorra excepcionalmente.

#### Questão 52.

A respeito do julgamento dos crimes de responsabilidade e dos crimes comuns cometidos pelo presidente da República, assinale a opção correta.

A) Qualquer pessoa tem legitimidade para oferecer acusação contra o presidente da República pela prática de crime de responsabilidade.

B) O presidente da República será responsabilizado por crime comum que guardar conexão com o exercício das funções presidenciais somente após o término do seu mandato.

C) O processamento e o julgamento do presidente da República por crimes de responsabilidade e por crimes comuns são de competência do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.

D) O juízo positivo de admissibilidade da acusação pela Câmara dos Deputados vincula o Senado Federal, que não tem discricionariedade para deliberar sobre a instauração ou não do processo de impeachment do presidente da República.

E) O presidente da República, ao longo do processo de julgamento dos crimes de responsabilidade, será afastado do cargo, e o presidente do Supremo Tribunal Federal ocupará, temporariamente, a Presidência da República.

#### Questão 53.

O Conselho de Defesa Nacional

A) tem como atribuição opinar sobre questões relevantes quanto à estabilidade das instituições democráticas.

B) é composto, entre outros membros, pelos líderes da maioria e da minoria no Senado Federal.

C) é composto, entre outros membros, pelos líderes da maioria e da minoria na Câmara dos Deputados.

D) é órgão superior de consulta do presidente da República e do Ministério da Defesa.

E) é órgão de consulta para assuntos relacionados à soberania nacional.

#### Questão 54.

Com relação ao controle de constitucionalidade, assinale a opção correta.

A) Como atos interna corporis, as decisões normativas dos tribunais, estejam elas sob a forma de resoluções administrativas ou de portarias, não são passíveis do controle de constitucionalidade concentrado.

B) Se o governador de um estado da Federação ajuizar ADI contra lei editada por outro estado, a ação não deverá ser conhecida pelo STF, pois governadores de estado somente dispõem de competência para ajuizar ações contra leis e atos normativos federais e de seu próprio estado.

C) A ADPF pode ser proposta pelos mesmos legitimados ativos da ADI genérica e da ADC, além do juiz singular quando, na dúvida sobre a constitucionalidade de uma lei, este suscita o incidente de arguição de inconstitucionalidade perante o STF.

D) Se a câmara de vereadores de um município entender que o prefeito local pratica atos que lesam princípios ou direitos fundamentais, ela poderá propor uma ADPF junto ao STF visando reprimir e fazer cessar as condutas da autoridade municipal.

E) São legitimados universais para propor ADI, não se sujeitando ao exame da pertinência temática, o presidente da República, as mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, o procurador-geral da República, partido político com representação no Congresso Nacional e o Conselho Federal da OAB.

#### Questão 55.

Julgue os itens a seguir, acerca da supremacia da Constituição Federal de 1988 (CF) e do controle de constitucionalidade.

I- A causa de pedir aberta das ações do controle concentrado de constitucionalidade torna desnecessário o ajuizamento de nova ação direta para a impugnação de norma cuja constitucionalidade já é discutida em ação direta em trâmite perante o STF, proposta pela mesma parte processual.

II- O controle de constitucionalidade está ligado à supremacia da CF sobre todas as leis e normas jurídicas.

III- É inconstitucional determinação judicial que decreta a constrição de bens de sociedade de economia mista, prestadora de serviços públicos em regime não concorrencial, para fins de pagamento de débitos trabalhistas.

IV- Sob o prisma constitucional, o governo federal, os governos dos estados da Federação, os dos municípios e o do Distrito Federal são soberanos, pois estão investidos de poderes e competências governamentais absolutas. Estão certos apenas os itens

A) I e II.

B) I e IV.

C) I, II e III.

D) I, III e IV.

E) II, III e IV.

#### Questão 56.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Sobre o tema, é correto afirmar que:

A) é vedado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros.

B) os Estados atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil.

C) O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, obrigatoriamente na rede regular de ensino.

D) o acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direto público subjetivo, sendo que o seu não oferecimento, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

E) a União aplicará, anualmente, nunca menos de vinte e cinco por cento da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

---

Direitos Humanos

---

**Questão 57.**

Sobre os Direitos Humanos é correto afirmar:

A) São direitos limitados a determinadas pessoas e grupos sociais.

B) Tratam-se de direitos divisíveis a parcela a sociedade, como forma de autoproteção social.

C) A sua natureza indivisível, inalienável e irrenunciável permite, a qualquer tempo, que o seu beneficiário o renuncie quando violado.

D) De alcance geral, devem ser aplicados de forma igual e sem discriminação.

E) Somente poderão ser invocados para tutelar direitos quando houver ameaça a minorias étnicas.

**Questão 58.**

No que se refere ao processo de internacionalização dos direitos humanos no cenário global e sua reconstrução se deu a partir do final da:

A) Guerra Fria.

B) Revolução Francesa.

C) Revolução Americana.

D) Primeira Guerra Mundial.

E) Segunda Guerra Mundial.

**Questão 59.**

Assinale a alternativa correta em matéria de Direitos Humanos.

A) O Brasil desde os tempos de colônia atua na defesa dos Direitos Humanos.

B) No século vinte, após a Revolução Francesa, foi proclamada a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão.

C) Não há registros históricos de defesa dos Direitos Humanos antes da segunda metade do Século XX.

D) Após a Convenção de Estocolmo, o Brasil tornou-se signatário da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

E) São Tomás de Aquino, durante a Idade Média, atuou como grande defensor dos Direitos Humanos combatendo a discriminação e a violência.

**Questão 60.**

Em relação à Declaração Universal dos Direitos Humanos, assinale a alternativa correta:

A) Garante-se à presidiária o direito de permanecer com seus filhos durante o período de amamentação.

B) É assegurado o direito de propriedade, vedando-se a privação arbitrária.

C) Não há previsão de limitação da jornada de trabalho, não obstante tenhamos diversos artigos dedicados ao direito do trabalho.

D) Entre os direitos trabalhistas assegurados há previsão de direito a férias não remuneradas, direito a igual remuneração por igual trabalho e direito a organizar sindicatos.

E) Assegura-se o direito à associação pacífica e militar.

**Questão 61.**

Entre os postulados gerais contidos na Convenção Internacional sobre Direitos das Pessoas com Deficiência inclui-se o princípio

- A) da tolerância.
- B) condição de pessoa em situação peculiar.
- C) do cuidado em tempo integral.
- D) da prioridade de acolhimento.
- E) da isonomia e não discriminação.

**Questão 62.**

São considerados direitos humanos de terceira dimensão, os direitos:

- A) à imigração e ao refúgio.
- B) ao trabalho e à paz mundial.
- C) à propriedade e ao pluralismo.
- D) à bioética e aos direitos culturais
- E) ao meio ambiente e ao desenvolvimento.

**Questão 63.**

No que diz respeito à Corte Interamericana de Direitos Humanos assinale a alternativa correta:

- A) Tanto a Comissão Interamericana quanto os Estados Partes podem submeter um caso à Corte Interamericana, sem a possibilidade de indivíduo provocar a Corte.
- B) A Corte Interamericana não apresenta competência consultiva.
- C) É órgão jurisdicional do sistema regional, composto por 15 juízes nacionais de Estados Membros da OEA, eleitos a título pessoal pelos Estados Partes da Convenção.
- D) O Estado brasileiro não reconheceu a competência jurisdicional da Corte Interamericana.
- E) A Comissão Interamericana, os Estados Partes e os indivíduos, desde que devidamente representados, podem submeter um caso à Corte Interamericana.

**Questão 64.**

Observe as afirmações abaixo:

1) Os direitos humanos não nasceram em momento histórico único. Ao contrário, surgem conforme a evolução da sociedade. Extrai-se, assim, que os direitos humanos carregam longa carga história, marcada por lutas intensas, até efetiva consolidação positiva no ordenamento jurídico dos Estados.

2) Os direitos humanos são inesgotáveis, não se sujeitando a rol taxativo, de modo que podem ser ampliados conforme evolução histórica dos direitos e sem admitir a redução dos espaços de proteção criados.

Os itens acima, representam, respectivamente as características da:

- A) historicidade e da inalienabilidade.
- B) universalidade e da imprescritibilidade.
- C) historicidade e da inexauribilidade.
- D) historicidade e da vedação ao retrocesso.
- E) essencialidade e da efetividade.

**Questão 65.**

Em relação à teoria geral dos direitos humanos, entenda a doutrina majoritária que o fundamento basilar deste grupo de direitos está:

- A) no relativismo.
- B) no universalismo.
- C) na dignidade da pessoa humana.
- D) na indivisibilidade.
- E) na igualdade.

**Questão 66.**

Para efeitos do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, considera-se trabalho forçado:

- A) trabalho ou serviço exigido de um indivíduo que tenha sido encarcerado em cumprimento de decisão judicial, imposta por tribunal competente.
- B) serviço de caráter militar.
- C) serviço exigido em casos de emergência ou de calamidade que ameacem o bem-estar da comunidade.

D) trabalho ou serviço que faça parte das obrigações cívicas normais.

E) serviço exigido de estrangeiro como condição para permanência em território estatal.

**Questão 67.**

Em maio de 2015, as Nações Unidas oficializaram a atualização do novo quadro de normas incorporando novas doutrinas de Direitos Humanos: as Regras Mínimas para o Tratamento de Pessoas Presas, também conhecidas como:

- A) Regras de Mandela.
- B) Regras de Bangkok.
- C) Princípios de Yogyakarta.
- D) Princípios de Paris.
- E) Princípios de Marraqueche.

**Questão 68.**

O Tribunal Penal Internacional tem competência para julgamento de crimes graves, entre os quais, segundo o Estatuto de Roma, não se insere:

- A) a crime de genocídio.
- B) os crimes contra a humanidade.
- C) os crimes hediondos.
- D) os crimes de guerra.
- E) o crime de agressão.

**Questão 69.**

De acordo com o que está expressamente previsto na Constituição Federal a respeito do incidente de deslocamento da competência, conclui-se que o expediente processual tem por finalidade:

- A) garantir o direito de acesso à Justiça.
- B) assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de Direitos Humanos dos quais o Brasil seja parte.
- C) combater a morosidade de órgãos da Administração Pública e do Poder Judiciário.

D) combater a corrupção em entes públicos dos Estados e do Distrito Federal.

E) assegurar a autoridade das decisões da Justiça Federal em matéria de direitos humanos.

**Questão 70.**

A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi responsável por definir direitos e liberdades fundamentais que deveriam ser garantidos por todos os Estados.

Sem embargo, enquanto Carta de Declaração de Direitos, o texto não apresentava, por si próprio, força jurídica obrigatória e vinculante, donde indispensável o estudo de mecanismos capazes de assegurar o reconhecimento e a efetiva observância, pelos Estados, dos princípios por ela consagrados.

Tais estudos resultaram na formação da denominada Carta Internacional dos Direitos Humanos (International Bill of Rights), que decorre

- A) da conjugação do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e da Declaração Universal.
- B) da alteração do status conferido à Declaração Universal pela Comissão dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas.
- C) do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.
- D) da alteração do status conferido à Declaração Universal pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas.
- E) do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos.

Direito Administrativo

---

**Questão 71.**

A indicação dos pressupostos de fato e de direito que determinarem a decisão indica o princípio:

- A) legalidade.
- B) razoabilidade.

- C) ampla defesa e contraditório.
- D) motivo.
- E) motivação.

- B) V, V, V, V.
- C) F, F, F, F.
- D) V, F, V, F.
- E) V, V, V, F.

**Questão 72.**

Órgãos que se encontram na cúpula da Administração Pública, sendo originários diretamente do texto constitucional, são denominados de:

- A) Superior.
- B) Autônomo.
- C) Independente ou Primário.
- D) Subalterno.
- E) Singular.

**Questão 73.**

Analise as assertivas a seguir e assinale a alternativa correta, tendo por base, exclusivamente, o ordenamento jurídico pátrio.

I - Somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.

II - Depende de autorização legislativa, em cada caso, a criação de subsidiárias das entidades da Administração Indireta, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada.

III - Os consórcios públicos, na área de saúde, deverão obedecer aos princípios, diretrizes e normas que regulam o Sistema Único de Saúde – SUS.

IV - Os consórcios públicos poderão outorgar concessão, permissão ou autorização de obras ou serviços públicos mediante autorização prevista no contrato de consórcio público, que deverá indicar de forma específica o objeto da concessão, permissão ou autorização e as condições a que deverá atender, observada a legislação de normas gerais em vigor.

- A) F, V, F, V.

**Questão 74.**

Assinale a alternativa incorreta, sabendo-se que a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, trata de normas gerais de licitações e contratos; que a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, é o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil; que a Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, disciplina as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público; e que a Lei nº 13.800, de 04 de janeiro de 2019, autoriza a administração pública a firmar instrumentos de parceria e termos de execução de programas, projetos e demais finalidades de interesse público com organizações gestoras de fundos patrimoniais.

A) As disposições das Leis nºs 8.666, de 21 de junho de 1993, 13.019, de 31 de julho de 2014, e 9.790, de 23 de março de 1999, não se aplicam aos instrumentos de parceria e aos termos de execução de programas, projetos e demais finalidades de interesse público de que trata a Lei nº 13.800, de 04 de janeiro de 2019.

B) Não se aplicam as exigências da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, aos contratos de gestão celebrados com organizações sociais, desde que cumpridos os requisitos previstos na Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998.

C) Não se aplicam as exigências da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, aos convênios e contratos celebrados com entidades filantrópicas e sem fins lucrativos nos termos do § 1º do art. 199 da Constituição Federal.

D) Não se aplicam as exigências da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, aos termos de parceria celebrados com organizações da sociedade civil de interesse público, desde que cumpridos os requisitos previstos na Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999.

E) Não se aplicam as exigências da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, às parcerias entre a administração pública e organizações da sociedade

civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação.

**Questão 75.**

A empresa pública e a sociedade de economia mista deverão possuir em sua estrutura societária Comitê de Auditoria Estatutário como órgão auxiliar do Conselho de Administração, ao qual se reportará diretamente. Acerca desse tema, assinale a alternativa incorreta.

A) O Comitê de Auditoria Estatutário será integrado por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros, em sua maioria independentes.

B) Ao menos 1 (um) dos membros do Comitê de Auditoria Estatutário deve ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária.

C) O Comitê de Auditoria Estatutário deverá possuir autonomia operacional e dotação orçamentária, anual ou por projeto, dentro de limites aprovados pelo Conselho de Administração, para conduzir ou determinar a realização de consultas, avaliações e investigações dentro do escopo de suas atividades, inclusive com a contratação e utilização de especialistas externos independentes.

D) A empresa pública e a sociedade de economia mista deverão divulgar as atas das reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário.

E) Caso o Conselho de Administração considere que a divulgação da ata possa pôr em risco interesse legítimo da empresa pública ou da sociedade de economia mista, a empresa pública ou a sociedade de economia mista divulgará apenas o extrato das atas, inclusive para os órgãos de controle.

**Questão 76.**

Assinale a alternativa correta, com base no ordenamento jurídico, acerca do Acesso à Informação.

A) Os prazos máximos de restrição de acesso à informação, conforme a classificação legal, podem vigorar a partir da data de sua produção e são de 25 (vinte e cinco) anos se ultrassecreta, de 15 (quinze) anos se secreta e de 5 (cinco) anos se reservada.

B) As informações que puderem colocar em risco a segurança, exclusivamente, do Presidente da República serão classificadas como reservadas e ficarão sob sigilo até o término do mandato em exercício ou do último mandato, em caso de reeleição.

C) Transcorrido o prazo de classificação ou consumado o evento que defina o seu termo final, a informação ultrassecreta, secreta ou reservada, tornar-se-á, após publicado despacho decisório, de acesso público.

D) Para a classificação da informação em determinado grau de sigilo, deverá ser observado o interesse público da informação e utilizado o critério mais restritivo possível, considerados a gravidade do risco ou dano à segurança da sociedade e do Estado, e o prazo mínimo de restrição de acesso ou o evento que defina seu termo final.

E) É proibido ao Estado controlar o acesso e a divulgação de informações sigilosas produzidas por seus órgãos e entidades.

**Questão 77.**

A classificação do sigilo de informações no âmbito da administração pública federal é de competência, no grau de ultrassecreto, das autoridades a seguir indicadas, exceto:

A) Presidente da República.

B) Vice-Presidente da República.

C) Ministros de Estado e autoridades com as mesmas prerrogativas.

D) Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.

E) Chefes de Missões Diplomáticas e Consulares permanentes no Brasil ou no exterior.

**Questão 78.**

De acordo com a Lei Complementar nº 207, de 1979 (Lei Orgânica da Polícia do Estado de São Paulo), assinale a alternativa incorreta.

A) Considera-se carreira policial o conjunto de classes da mesma natureza de trabalho policial, hierarquicamente escalonadas de acordo com o grau de complexidade das atribuições e nível de responsabilidade.

B) É competente para dar posse aos Delegados de Polícia o Delegado Geral de Polícia.

C) A posse deverá verificar-se no prazo de 15 (quinze) dias, contados da publicação do ato de provimento, no órgão oficial.

D) O exercício terá início dentro de 15 (quinze) dias, contados da data da posse ou da data da publicação do ato no caso de remoção.

E) Entende-se por elogio, a menção nominal ou coletiva que deva constar dos assentamentos funcionais do policial civil por atos meritórios que haja praticado.

**Questão 79.**

São atributos do Poder de Polícia, exceto:

A) Indelegabilidade, em regra, à iniciativa privada, sobretudo quanto às atividades típicas de Estado.

B) Tipicidade.

C) Discricionariedade.

D) Autoexecutoriedade.

E) Coercibilidade.

**Questão 80.**

Acerca da Jurisprudência sumulada do Supremo Tribunal Federal, analise as assertivas a seguir e assinale a alternativa correta.

I - É constitucional a lei ou ato normativo estadual ou distrital que disponha sobre sistemas de consórcios e sorteios, inclusive bingos e loterias.

II - Nos processos perante o Tribunal de Contas da União asseguram-se o contraditório e a ampla defesa quando da decisão puder resultar anulação ou revogação de ato administrativo que beneficie o interessado, inclusive a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão.

III - O direito ao auxílio-alimentação se estende aos servidores inativos.

IV - Só por lei se pode sujeitar a exame psicotécnico a habilitação de candidato a cargo público.

A) V, V, V, V.

B) F, F, F, V.

C) V, V, V, F.

D) F, V, F, V.

E) F, V, F, V.

**Questão 81.**

O Auto de Infração é um ato administrativo classificado como:

A) Punitivo

B) Enunciativo

C) Ordinatório

D) Negocial

E) Normativo

**Questão 82.**

De acordo com a Lei do Pregão (Lei nº 10.520, de 2002), o prazo de validade das propostas será:

A) de 60 dias, se outro não estiver fixado no edital.

B) de 30 dias, se outro não estiver fixado no edital.

C) de 90 dias, se outro não estiver fixado no edital.

D) de 180 dias, se outro não estiver fixado no edital.

E) de 360 dias, se outro não estiver fixado no edital.

**Questão 83.**

Acerca do tema Bens Públicos, assinale a alternativa correta.

- A) O uso comum dos bens públicos deve ser gratuito, sendo proibido o uso mediante retribuição.
- B) Não dispendo a lei em contrário, consideram-se de uso comum do povo os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado.
- C) Os bens públicos de uso especial podem ser alienados, observadas as exigências da lei.
- D) São públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno e todos os outros são particulares, seja qual for a pessoa a que pertencerem.
- E) Os bens públicos não estão sujeitos a usucapião, exceto se for para reforma agrária.

**Questão 84.**

Acerca da Ingerência do Estado na propriedade privada, assinale a alternativa incorreta.

- A) A lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos na Constituição.
- B) No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.
- C) O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.
- D) É dever do Poder Público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, entre outros, de aplicar

o imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo.

E) As propriedades rurais e urbanas de qualquer região do País onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas ou a exploração de trabalho escravo na forma da lei serão expropriadas e destinadas à reforma agrária e a programas de habitação popular, sem qualquer indenização ao proprietário e sem prejuízo de outras sanções previstas em lei, observado, no que couber, o disposto no art. 5º da Constituição.

Direito Civil

**Questão 85.**

Sobre o que dispõe a Lei dos Direitos Autorais, assinale a alternativa correta

- A) Interpretam-se restritivamente os negócios jurídicos sobre os direitos autorais.
- B) Os direitos autorais reputam-se, para os efeitos legais, bens imóveis.
- C) Serão de domínio da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios as obras por eles simplesmente subvencionadas.
- D) O autor das obras intelectuais é a pessoa física criadora de obra literária, artística ou científica, não sendo concedida a mesma proteção às pessoas jurídicas.
- E) São obras intelectuais protegidas as criações do espírito, expressas por qualquer meio ou fixadas em qualquer suporte, tangível ou intangível, desde que conhecido, não sendo permitido que se reconheça as obras inventadas no futuro.

**Questão 86.**

Otávio, idoso, reside sozinho e não tem condições de prover seu próprio sustento, passando por muitas dificuldades. Otávio tem apenas dois parentes vivos, seu sobrinho, João, que é um cantor famoso, e seu bisneto, Samuel, que também não possui condições financeiras, estando desempregado no momento. Otávio é orientado a requerer alimentos de seus familiares e procura um defensor público. Neste caso, é correto afirmar que

A) Otávio não poderá requerer alimentos aos seus familiares, pois somente podem ser requeridos aos pais ou aos filhos.

B) A obrigação de prestar alimentos é solidária, podendo Otávio optar entre João e Samuel.

C) Otávio deverá requerer alimentos a João, que possui condições financeiras de arcar com a obrigação.

D) Otávio deverá requerer alimentos, obrigatoriamente, a João e a Samuel, que deverão arcar cada um meio a meio.

E) Otávio deverá requerer alimentos a Samuel e, na falta de condições deste, impõe-se ao Poder Público esse provimento, no âmbito da assistência social.

#### Questão 87.

Sobre os bens, assinale a alternativa correta.

A) São fungíveis os móveis e imóveis que podem substituir-se por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade.

B) Consideram-se imóveis para os efeitos legais os direitos pessoais de caráter patrimonial e respectivas ações.

C) Constitui universalidade de direito o complexo de relações jurídicas, de uma pessoa, dotadas de valor econômico.

D) Consideram-se bens públicos de uso comum do povo os edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias.

E) São benfeitorias os bens que, não constituindo partes integrantes, se destinam, de modo duradouro, ao uso, ao serviço ou ao aformoseamento de outro.

#### Questão 88.

Jorge, faleceu deixando vasto patrimônio. Ele era casado com Noemia no regime obrigatório de separação de bens e não tinha filhos. Os pais de Jorge são vivos e residem em outro país. Além deles, Jorge deixou um sobrinho, que morava com

ele. Sobre a sucessão de Jorge, assinale a alternativa correta.

A) Noemia ficará com todos os bens de Jorge, pois os ascendentes não são sucessores, somente os descendentes.

B) A herança será dividida em um terço para Noemia, e um terço para cada um dos pais.

C) Os pais de Jorge receberão toda a herança, pois Noemia era casada no regime obrigatório de separação de bens.

D) A herança será dividida em metade para Noemia e a outra metade para os pais de Jorge.

E) A herança será dividida entre os pais de Jorge e seu sobrinho, já que Noemia era casada no regime obrigatório de separação de bens.

#### Questão 89.

Sobre a aquisição da propriedade móvel, é correto afirmar que

A) Aquele que possuir coisa móvel como sua, contínua e incontestadamente durante três anos, com justo título e boa-fé, adquirir-lhe-á a propriedade.

B) Se a posse da coisa móvel se prolongar por dez anos, produzirá usucapião, independentemente de título ou boa-fé.

C) O possuidor não pode, para o fim de contar o tempo exigido para a usucapião de bens móveis, acrescentar à sua posse a dos seus antecessores, pois somente se aplica a aquisição de bens imóveis.

D) Quem se assenhorear de coisa sem dono adquire a propriedade em um ano, não sendo essa ocupação defesa por lei.

E) A propriedade das coisas se transfere pelos negócios jurídicos antes da tradição.

#### Questão 90.

André, Lucas e Felipe pretendem se unir a constituir uma pessoa jurídica com fins não econômicos. Sobre a situação, assinale a afirmativa correta

A) Deverão constituir uma associação, havendo, entre os associados, direitos e obrigações recíprocos.

B) Deverão constituir uma associação, na qual os associados devem ter iguais direitos, e o estatuto não poderá instituir categorias com vantagens especiais.

C) Deverão constituir uma fundação, que será velada pelo Ministério Público do Estado onde situada.

D) Deverão constituir uma associação e não haverá, entre os associados, direitos e obrigações recíprocos.

E) Não poderão concretizar suas intenções, dado que somente bens podem se unir para constituir pessoas jurídicas com fins não econômicos.

---

Medicina Legal

---

**Questão 91.**

Assinale a alternativa correta. Entende-se por “cadeia de custódia”

A) O exame médico legal realizado no criminoso durante sua transferência.

B) O registro de todos os custos que o criminoso acarreta para o Estado.

C) A prisão domiciliar.

D) O local onde fica armazenada a prova pericial, antes de chegar ao seu destino final.

E) Os documentos de registro de todas as etapas pelas quais passa o material a ser periciado.

**Questão 92.**

Assinale a alternativa incorreta:

A) A pelve apresenta os caracteres mais palpáveis da diferenciação sexual.

B) O tórax do homem se assemelha a um ovoide e o da mulher, a um cone invertido.

C) O elemento mais significativo no estudo externo do globo ocular, referente à idade, é o arco senil.

D) O fêmur e a tíbia, respectivamente, são os ossos mais importantes para o estabelecimento da estatura.

E) As estruturas dentárias podem ser utilizadas na identificação de cadáveres.

**Questão 93.**

Grande sucesso mundial de vendas, o livro Cinquenta tons de cinza aborda temas relacionados à sexualidade (masoquismo, sadismo, dominação). A sensação de prazer ao se assistir ato sexual praticado por terceiros é denominada:

A) fetichismo.

B) mixoscopia.

C) vampirismo.

D) felação.

E) necrofilia.

**Questão 94.**

A doutrina clássica considera que incide sobre a esquizofrenia TRILOGIA SINTOMÁTICA, neste caso, é correto afirmar que:

A) Perda da afetividade: Note que é terceira a dar sinais

B) Perda da iniciativa: É a primeira fase, nota-se que a pessoa se torna cada vez mais cuidadosa e indecisa.

C) Associação extravagante de ideias: nesta fase, o indivíduo manifesta os conceitos e vislumbres mais absurdos, modificando, inclusive, sua personalidade a partir disso.

D) Chama-se paramímia a tendência do individualista do paciente.

E) Esquizofrenia tem relação direta com oligofrenia.

**Questão 95.**

O relatório médico-legal exarado de uma perícia médica, digitado pelo próprio médico legista, denomina-se:

- A) Auto.
- B) Laudo.
- C) Atestado.
- D) Notificação.
- E) Parecer.

**Questão 96.**

A lesão provocada por projétil de arma de fogo disparado a curta distância e que incide perpendicularmente sobre a pele é considerada:

- A) bioquímica.
- B) biodinâmica.
- C) incisa.
- D) perfurocontusa
- E) cortocontusa.

Noções de Informática

**Questão 97.**

Sobre o Microsoft Excel, podemos afirmar que:

- A) Uma pasta de trabalho pode possuir, no máximo, mil planilhas eletrônicas abertas simultaneamente.
- B) O limite de linhas e colunas de uma planilha eletrônica se dá pela quantidade de memória disponível no computador.
- C) A alça de preenchimento permite estender e preencher uma série de números, datas ou textos para um determinado número de células.
- D) A referência relativa permite que – ao copiar uma célula – tanto a linha quanto a coluna permanecem inalteradas.
- E) A referência absoluta permite que – ao copiar uma célula – tanto os valores da coluna quanto da linha sejam atualizados.

**Questão 98.**

A guia “Layout” do Word 2016 oferece recursos de edição de texto muito usados por seus usuários. A

respeito dessa guia, analise as seguintes afirmativas:

I. Não é possível alterar o tamanho do papel de edição, sendo o tamanho A4 o padrão utilizado pelo Microsoft Word.

II. A opção “Quebras”, presente na guia em questão, possui a opção de inserir quebras de seção e quebras de página.

III. Essa guia permite inserir marca d’água nas páginas.

Esta(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s):

- A) I, apenas.
- B) II, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) II e III, apenas.
- E) Todas estão erradas.

**Questão 99.**

Sobre o Google Chrome, não podemos afirmar que:

- A) O atalho CTRL + TAB permite alternar para a aba seguinte.
- B) O atalho CTRL + N abre uma nova janela.
- C) O atalho CTRL + ENTER adiciona “www” e “.com” ao endereço digitado.
- D) O atalho CTRL + A atualiza a página atual.
- E) O atalho F11 ativa ou desativa o modo de Tela Cheia.

**Questão 100.**

Em relação a correios eletrônicos, não se pode afirmar que:

- A) Todo cliente de e-mail disponibiliza funcionalidades que permitem encaminhar ou responder uma mensagem recebida a um ou a vários endereços de correio eletrônico.
- B) O protocolo de correio eletrônico que permite o envio de e-mails é o SMTP (Simple Mail Transfer Protocol), assim como o protocolo IMAP (Internet Message Access Protocol) permite receber e-mails.

C) Webmail é uma interface web que permite ao utilizador ler e escrever e-mails por meio da utilização de um navegador web (browser).

D) O Mozilla Thunderbird é um cliente de e-mail proprietário que possui recursos como Feeds RSS e filtro anti-spam.

E) O Microsoft Outlook é um cliente de e-mail que permite encaminhar um e-mail como anexo a outro e-mail.

